

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MIRELLE OLIVEIRA NEVES

A FUNÇÃO DAS CRECHES NO ATENDIMENTO À CRIANÇA NA PRIMEIRA
INFÂNCIA

Angra dos Reis
2014

MIRELLE OLIVEIRA NEVES

A FUNÇÃO DAS CRECHES NO ATENDIMENTO À CRIANÇA NA PRIMEIRA
INFÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Licenciado em
Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Dagmar de Mello e Silva.

Angra dos Reis
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

NEVES, Mirelle Oliveira. **A função das creches no atendimento à criança na primeira Infância.** Angra dos Reis, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense.

1 Primeira Infância, 2 Creches, 3 Educação Infantil

MIRELLE OLIVEIRA NEVES

A FUNÇÃO DAS CRECHES NO ATENDIMENTO À CRIANÇA NA PRIMEIRA
INFÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Licenciado em
Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Dagmar de Mello e Silva– UFF-IEAR
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Dayse Serra- UFF-IEAR
Parecerista

Prof.^a Dr.^a Clarissa Craveiro - UFF-IEAR
Parecerista

Angra dos Reis
2014

A Deus, por ter sido essencial na minha vida para a realização desse trabalho. Aos meus pais pelo eterno orgulho da minha caminhada, pelo apoio, compreensão, ajuda, e, em especial, por todo carinho ao longo deste percurso. Aos meus irmãos Lais e Jardel pelo carinho, compreensão e pela grande ajuda. Aos meus amigos e colegas de curso, pela cumplicidade, ajuda e amizade. À professora Dagmar pela orientação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica: colegas como Andresa, Angélica, Thamiris, Shellen, Elieide e Daiane, os mais chegados e a todos que contribuíram com sua força, conselhos, ajuda e colaborações. Aos meus pais, sobretudo à minha mãe, que sempre me apoiou nos estudos e nas horas difíceis. Somente lembrar o apoio dado por minha mãe já me emociona. À professora Dagmar, que sempre foi presente, companheira, auxiliando nas dúvidas, propondo metodologia, pela ajuda na indicação de material bibliográfico, etc. Agradeço também aos meus professores do IEAR, exclusivamente ao André Dias, pois ele me mostrou que eu seria capaz

Ensinar não é transferir
conhecimento, mas criar as
possibilidades para a sua
própria produção ou a sua
construção.
(Paulo Freire, 1989).

RESUMO

A construção desse trabalho **trás as marcas de minha experiência vivenciada no período de estágio**, realizada em uma creche do município de Angra dos Reis. A aproximação com esse campo e as experiências vivenciadas ao longo do referido estágio despertaram meu interesse em conhecer historicamente o processo de constituição e a função destinada a esses espaços de atendimento às crianças na primeira infância. Entre as questões históricas que suscitaram meu interesse pela pesquisa, destaco como principais aspectos: o surgimento da creche e o público que originalmente se propunha atender, a implantação no Brasil, o tipo de serviço oferecido e os serviços que são oferecidos atualmente, no Município de Angra dos Reis, estão em acordo com os indicativos dos Referenciais Curriculares da Educação Infantil. Para que esse estudo fosse concluído a contento, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito do processo histórico de constituição das creches de modo a contextualizá-lo com a realidade histórica de Angra dos Reis, utilizando-me de entrevistas semi estruturadas realizadas com profissionais que atuam na rede de creches do Município que me deram subsídios para as análises.

Palavras-chave: Primeira Infância, Creches, Educação Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: Contextualizando a Educação Infantil Historicamente.....	14
CAPÍTULO II: Algumas considerações sobre a Infância e Educação voltada às crianças pequenas.....	20
CAPÍTULO III: Focando o nosso olhar na Educação Infantil no Município Angra dos Reis.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho surgiu da experiência de estágio realizada em uma creche do município de Angra dos Reis. A aproximação com esse campo e as experiências vivenciadas ao longo do referido estágio despertaram meu interesse em conhecer historicamente o processo de constituição desses espaços destinados às crianças na primeira infância. Entre as questões históricas que suscitaram meu interesse pela pesquisa, destaco como principais aspectos: o surgimento da creche e o público que originalmente ela se propunha atender, como se deu sua implantação no Brasil, que tipo de serviço era oferecido e se os serviços que são oferecidos atualmente estão em acordo com os indicativos dos Referenciais curriculares da Educação Infantil.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), às creches, cumprem a função de promover as condições adequadas para o bem estar da criança em seu pleno desenvolvimento, físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Partindo desse princípio cabe à creche uma programação de trabalho que vise desenvolver na criança seus aspectos cognitivos, afetivos e motores de forma interdisciplinar, mediando conhecimentos a serem construídos por ela própria, destacando-se as seguintes áreas:

ÁREA DA SAÚDE: acompanhar, orientar e facilitar as condições sociais de saúde, higiene e desenvolvimento físico das crianças.

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE: manter contato constante de divulgação e troca de serviços visando integração entre CEI e Comunidade.

ÁREA ADMINISTRATIVA: atender as solicitações da SAS/SME dentro dos prazos estabelecidos em parceria com a entidade mantenedora da CEI São Luís Gonzaga.

RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: promover palestras de orientação com a coordenadora pedagógica e especialistas tais como: psicólogos,

pediatras, odontologistas e fonoaudiólogos voltados às necessidades das crianças e famílias.

ÁREA PEDAGÓGICA: atender as crianças dentro de uma proposta sócio-interacionista construtivista nas seguintes áreas de conhecimento: comunicação e expressão; ciências naturais; ciências sociais; matemática; artes; jogos e brincadeiras. (BRASIL, RCNEI, 1998)

Assim, essa proposta de estudo tomou como referência as proposições defendidas nos Referenciais Curriculares Nacional para a Educação Infantil no que tange às creches, entidades equivalentes e pré-escolas, que integram a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto. Esses documentos fundamentam as análises desse trabalho possibilitando-me averiguar como vem se dando o atendimento de crianças na primeira infância nas creches públicas do Município de Angra dos Reis.

Conforme veremos no primeiro capítulo; historicamente, as creches públicas são uma reivindicação do movimento feminista, considerando que a entrada da mulher no mercado de trabalho é fundamental para a autonomia econômica feminina. Portanto, podemos dizer que a luta pela creche pública agrega quatro dimensões complementares: a garantia dos direitos da criança, a autonomia das mulheres, a defesa da educação pública gratuita e de qualidade para todos os níveis de ensino, além da garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras à educação.

Com a falta de um local adequado para deixar os filhos, o direito das mulheres ao acesso e permanência ao trabalho remunerado, fica ameaçado. Isso porque, numa sociedade em que a primazia masculina ainda se sobrepõe aos discursos de igualdade de gênero, são as mulheres que acabam saindo dos seus empregos para assumir a casa e o cuidado das crianças pequenas, caso contrário, precisam pagar com seus baixos salários, uma escola particular ou outra mulher para cuidar dos seus filhos, ou ainda, ficam dependendo de favores de parentes.

Inicialmente a creche pública deveria ser destinada prioritariamente para aquelas crianças cujas mães ou pais não podem ficar com a criança e não têm possibilidade de arcar com os custos de berçários, escolas privadas ou babás. As creches, portanto, não

eram vistas como uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como uma forma de substituir as mães que trabalham fora.

Foi somente com a promulgação da nova Constituição, em 1988, que, no Brasil, a creche passou a ser um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado, vinculando-a a área da Educação. Com isto, propostas pedagógicas foram elaboradas na tentativa de uma melhor estruturação desse espaço educacional e da superação de seu caráter puramente assistencialista. Dessa forma, a função da creche passou a se vincular como “educativa, voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança, enquanto contexto de desenvolvimento para a criança pequena” (OLIVEIRA, 1992, p. 49). Mas, concordamos, também, com Langer (1992), ao afirmar que ainda hoje as creches assumem um lugar ambíguo no sistema de ensino, já que seus interesses ainda estão voltados mais para a mãe que trabalha do que para as necessidades da criança, reconhecendo os efeitos desses interesses nas práticas do educador que atua em creches.

Nesse trabalho, defendo que as creches devem ser ofertadas a todas as crianças e famílias, não somente aquelas que não têm possibilidades de pagar por escolinhas ou babás, pois, só assim, poderemos romper com a lógica de que a função social feminina está relacionada prioritariamente ao cuidado das crianças e com a família em detrimento à sua realização profissional. Rompendo com essa perspectiva, a creche passa a ser obrigação do município que deverá oferecer serviços não só de cuidados gratuitos, mas também, de intervenção pedagógica, de qualidade, em horários integrais e contínuos.

O Brasil é um país ainda com bastante desigualdades regionais e o déficit de creches é um fato concreto em todas as suas regiões. Nas creches, em geral, o atendimento às crianças nos anos iniciais da vida tem sido marcado pelos cuidados com alimentação, saúde e higiene e até pouco tempo atrás parecia dispensar a necessidade de qualquer aprofundamento sobre a maneira como elas se desenvolvem ou constroem conhecimentos. Foi principalmente a partir da segunda metade da década de 1980 que as concepções de criança e de creche começaram a ser revistas para que, hoje, essas instituições possam ser reconhecidas como espaços de brincadeiras e aprendizagens, local privilegiado para o desenvolvimento de dois aspectos complementares do mesmo processo: a construção de si e do mundo pela criança.

Segundo as autoras Zilma Moraes de Oliveira, Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos (1998); no decorrer da história da Educação Brasileira, a visão sobre o atendimento nas creches passou de assistencial a educacional. É preciso saber, no entanto, se o pensamento assistencialista ainda permeia esses espaços e o que isso implica na percepção dos professores dessas instituições.

Conforme exponho no primeiro capítulo do trabalho, Segundo Sousa (1996), uma das primeiras manifestações oficiais que expressou preocupações com a questão da educação de crianças pequenas no Brasil, mesmo que muito genérica, a Lei Nº 5692/71, em seu artigo 19 determina que “os sistemas de ensino velarão para que crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância e instituições equivalentes” (p.41). Entretanto, a Educação Infantil ainda assim, continuou a assumir um caráter compensatório, posto que o caráter da palavra educação continuou a assumir como fim, a compensação de uma suposta “carência cultural” das famílias economicamente desprovidas.

Se a aprendizagem da criança se dá, como apontaram Piaget e Vygotsky, através da interação com o meio, o papel educativo da creche deveria ser o de promover essa interação.

Em seu contato com o outro e com o adulto, a criança vai construindo a sua identidade e apropriando-se de uma cultura que é peculiar ao ambiente escolar. Rego *apud* Vygotsky (1995) comenta que essa relação entre a criança e o adulto pode ser facilmente observada no interior das creches.

No processo de desenvolvimento da criança, pode-se destacar a linguagem, especialmente a linguagem falada, como fundamental na organização das atividades práticas e nas funções psicológicas do ser humano. Dessa forma, “a criança ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, reconstrói individualmente os modos de ação realizados externamente e aprende a organizar os próprios processos mentais” (VYGOTSKY, *apud* REGO, 1995, p.62)

Nesse sentido, como retomarei no primeiro capítulo desse trabalho, a creche situa-se como espaço de diversidade, no qual se encontram indivíduos de origens sociais e culturais diferenciadas, um espaço em que convivem negros e brancos, ricos e pobres, adultos e crianças, meninas e meninos, de idades diversas e que deve ser concebido, não

como campo de aplicações de atividades cujas finalidades se encerram em si mesmo, mas sim, como campo de produção de conhecimentos sobre a infância.

Partindo das proposições expostas ao longo dessa introdução e considerando que as creches, apesar das inúmeras discussões sobre suas funções, ainda necessitam de ações que incorporem atividades educativas que não se restrinjam somente aos cuidados essenciais à saúde das crianças. Este trabalho se justifica por tentar apresentar meios que contribuam para que as crianças que ingressam nas creches tenham preservado seu desenvolvimento integral e seus direitos à infância, garantidos.

O principal objetivo, que constituiu o cerne de todo o trabalho, consistiu em analisar se as creches Angrenses vêm proporcionando condições adequadas para promover o bem estar da criança em seu pleno desenvolvimento. Em torno dessa discussão central, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o processo histórico de constituição das creches focando o nosso país para nos aproximar da realidade histórica de Angra dos Reis. As leituras teóricas nos deram subsídios para refletir sobre as várias concepções de infância ao longo da história relacionando-as com o atendimento educacional que lhes têm sido destinado. Para tanto, foram utilizados os documentos referentes à educação infantil elaborados pelo MEC no que se refere à orientação do atendimento das creches, buscando estabelecer inter-relações entre essas orientações e as práticas exercidas em nosso Município.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL HISTORICAMENTE

As mudanças trazidas com o capitalismo alteraram os modos de produção na Sociedade Moderna. A implementação do sistema fabril provocou toda uma reorganização da sociedade a fim de atender as novas exigências de produção. Nesse contexto, uma nova organização familiar passou, também, a ser exigida.

Ruiz (2011) afirma, que, até então, as necessidades das famílias eram supridas por seus próprios membros; predominava a fabricação de produtos artesanais manufaturados de forma domiciliar. Se antes, as famílias tinham em suas mãos o domínio e os meios de produção, com as transformações econômicas, o trabalhador foi separado do núcleo familiar e surge uma nova forma de relação entre homem e trabalho. Com o novo modo de produção, o trabalhador perde seu domínio sobre a produção. Nessa perspectiva, o que se evidencia é que o trabalhador passa a ser estranho ao produto de sua atividade de trabalho, que, por sua vez, passa a pertencer a outro, o dono da fábrica.

Com o avanço da Sociedade Capitalista e conseqüente aumento do número de fábricas, as demandas por mão de obra aumentam e as mulheres passam a integrar o corpo de trabalhadores com sua força de trabalho. Surge uma nova e urgente demanda; se os pais estão fora, trabalhando, quem cuidará da prole familiar?

Quanto a esse dilema, Aguiar (2001) nos conta que:

Com o avanço do capitalismo e conseqüente aumento do número de fábricas, começaram a aparecer na França as *'gardeuses d'enfants* (criadeiras) Havia nestas instituições uma finalidade moral e uma econômica: moral, no sentido de resguardar certas crianças da rua e da fome por um lado, assegurando-se por outro lado, a finalidade econômica de ter suas mães submetidas ao trabalho fabril incessante em um regime de 16/18 horas diárias. (p.31)

De acordo com Paschoal e Machado (2009), a Revolução Industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Esses autores afirmam que a revolução Industrial engendrou a entrada em massa da mulher no

mercado de trabalho, alterando os modos de vida familiar e dos cuidados e educação dos filhos.

A mulher, a quem, até então, era atribuída a responsabilidade de realizar as tarefas domésticas da família, entrou no mercado de trabalho, porém, com um grande dilema a ser resolvido, ou seja, onde iriam deixar seus filhos com segurança enquanto trabalhava?

A preocupação com o acolhimento das crianças, filhos das mulheres inseridas na esfera produtiva, remete-se ao final do século XIX, quando a creche começou a ser pensada como uma instituição voltada às demandas das mulheres que precisavam trabalhar. (CIVILLETTI 1991 apud BARBOSA, 2006, p.27).

Antunes (1999) ressalta que o trabalho das mulheres na fábrica era restrito às áreas mais rotinizadas em que se exigia menores níveis de qualificação, condições precárias e formas de trabalho temporário mais frequentes.

De acordo com Braverma (1991), o trabalho das mulheres era lucrativo principalmente por seu valor ser mais baixo, posto que as escalas de pagamento fossem inferiores, motivo pelo qual, as mulheres passaram a constituir a reserva ideal de trabalho para as novas formas de produção em massa. Com isso, a sociedade burguesa nascente se viu diante do dilema de produzir uma nova instituição, ou seja, as creches nasceram muito mais pelo interesse de manter a exploração do trabalho feminino do que dar amparo aos problemas que a maternidade demanda da mulher.

No Brasil os motivos que levam ao nascimento das creches não se diferenciam do contexto global. A creche surge no Brasil, no século XIX, através dos processos de industrialização e urbanização emergentes. A partir das demandas das famílias que necessitavam trabalhar para suprir suas necessidades, principalmente da demanda feminina para ajudar a complementar nas despesas da casa.

Segundo Oliveira (1992) a história das creches no Brasil:

Liga-se às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. Essas modificações inserem-se no conjunto

complexo de fatores contraditórios presentes na organização social, com suas características econômicas, políticas e culturais. Em especial, a creche deve ser compreendida dentro de um contexto social que inclui expansão da industrialização do setor de serviços, ao mesmo tempo em que a urbanização se torna cada vez maior. (p.17)

A partir desse relato, o que se percebe é que as creches, em seu surgimento, assumem um caráter assistencialista de abrigar, proteger, cuidar do bem-estar da criança. Todavia, sem o compromisso com a prática e formação cultural de seus usuários.

As tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, foram: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância. Na realidade, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN, 1998, p. 88 in PASCHOAL & MACHADO, 2009, p.81).

No Brasil, no final do século XIX, com a abolição da escravatura no país, surge a necessidade de mão de obra para o trabalho no campo e, também, para atender as mudanças econômicas nos grandes centros. Esse dois aspectos provocaram uma grande entrada de imigrantes nos país. Era o início da República e esses novos trabalhadores europeus eram mais politizados, contribuindo assim, para que as vozes das novas mentalidades fossem ouvidas através de lutas e movimentos que reivindicavam melhores condições de trabalho, refletindo também, nas condições de atendimento aos filhos de mulheres trabalhadoras.

Na década de 1920, estes operários começam a se organizar nos grandes centros urbanos e deram início a protestos que reivindicavam melhorias nas condições de vida e do trabalho. Esses operários reivindicavam, entre outras coisas, melhorias nas creches para seus filhos.

Devido à pressão operária, os donos das indústrias, para não comprometerem a produção, foram cedendo a algumas dessas reivindicações, oferecendo alguns benefícios sociais. “Desta forma, surgem as vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos dos operários” (OLIVEIRA, 1992,

p.18). Os empresários perceberam que creches e escolas maternas eram um meio de fazer com que as mães ficassem tranquilas em relação aos cuidados de seus filhos e, conseqüentemente, produzissem mais e melhor.

Até a década de 1930, o que predominou no Brasil, foi a creche como ação meramente filantrópica cujos objetivos estavam longe de um caráter pedagógico e muito mais voltados aos interesses do capital.

Nos anos de 1930 a 1960 o que se evidencia é a visão sanitarista, com relação às políticas direcionadas as populações pobres. Além disso, surge também uma preocupação com a “prevenção” da marginalidade infantil. Assim, a creche assume a função de ser uma das medidas que poderiam contribuir para evitar a marginalidade de crianças e futuros jovens das camadas sociais mais pobres. Esse período é marcado por um discurso que advoga a creche como agencia promotora de bem-estar social.

Somente nos anos 1970 emergiram movimentos populares, que apesar da censura e patrulhamento da ditadura militar, reivindicaram direitos para os trabalhadores. Entre esses direitos inclui-se as creches públicas de caráter pedagógico. No ano de 1980, como resultado dessas lutas, o número de creches cresceu. E a Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à creche para as crianças de 0 a 6 anos.

Segundo Sousa (1996), já na Lei Nº 5692/71, em seu artigo 19, estava determinado que “os sistemas de ensino velarão para que crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins-de-infância e instituições equivalentes” (p.41). Entretanto para Sousa (1996) a Educação Infantil continuou a assumir um caráter compensatório, no qual a educação teria como fim a compensação de uma suposta carência cultural das famílias economicamente pobres.

Através de lutas de movimentos sociais, foi conquistado, no Brasil, o direito de um espaço público que atendesse as necessidades das crianças e de suas famílias. As creches começaram a ser problematizadas em relação a sua função de mera substituta das mães que trabalham fora, como um lugar de depósito de crianças com o objetivo de cuidá-las. Com essas lutas entraram em cena debates nos quais protagonizaram as discussões a respeito da função educativa dessas instituições e seu papel na Educação Infantil no contexto da Infância.

O Brasil é um país ainda bastante desigual regionalmente e o déficit de creches é um fato em todas as regiões. Nas creches, em geral, o atendimento às crianças nos anos iniciais da vida tem sido marcado pelos cuidados com alimentação, saúde e higiene, o que até pouco tempo atrás parecia dispensar a necessidade de qualquer aprofundamento sobre a maneira como elas se desenvolvem ou constroem conhecimento.

Foi principalmente a partir da segunda metade da década de 80 que as concepções de criança e de creche começaram a ser repensadas para que essas instituições pudessem ser reconhecidas como espaços educativos privilegiados para o desenvolvimento da criança por possibilitar a mesma, interações com um universo de vivências mais amplo. Nesse sentido, pode-se dizer que essa perspectiva dialoga com Piaget (*apud* LA TAILLE *et al*, 1992) quando este defende a influência da interação social no desenvolvimento humano perpassa pela perspectiva da ética. A construção da autonomia e o convívio social democrático são essenciais ao desenvolvimento da personalidade humana.

Contudo, tenho minhas dúvidas se as políticas de atendimento à infância vêm cumprindo esse compromisso ético ou se ainda estão ligadas aos princípios históricos que justificaram o surgimento das primeiras instituições de “atendimento” à infância, cuja real prioridade era resolver uma demanda de caráter produtivo e econômico que pudesse garantir a permanência da mulher no mercado de trabalho posto que se tratasse de uma mão de obra barata e, portanto necessária ao mundo do trabalho, já que podemos constatar que, em tempos de Neoliberalismo que prioriza um Estado mínimo, verificamos que os programas sociais brasileiros não definem com clareza uma política que priorize o atendimento à infância e a mulher trabalhadora.

O que se observa, é a existência de programas que designam às mulheres requisições ancorada em diversos pressupostos, conforme afirma Fonseca (2002):

Um deles é que os filhos são responsabilidade das mulheres. Outro desses pressupostos é que as mulheres corporificam uma série de atributos considerados ‘femininos’, diretamente ligados à maternidade. (...) (FONSECA, 2002, p.81)

As palavras de Fonseca podem nos levar a pensar a respeito da imagem que ainda incide sobre a mulher trabalhadora em nossa sociedade, ou seja, mão-de-obra

secundária, justificada pela crença machista de que caberia ao homem o papel de chefe da família, mesmo que os estudos a respeito das relações de gênero tenham dado visibilidade à importância do trabalho feminino, seja para a independência das mulheres em relação ao subjuço masculino ou para o próprio sustento das famílias.

Harvey (1992) defende a intervenção do Estado como necessária para compensar as falhas do mercado, tais como os danos ao ambiente natural e social. E Mészáros (2005), complementa essa perspectiva afirmando que o envolvimento direto ou indireto do Estado consiste em nos salvaguardar da continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital.

Nesse sentido, entendo que as discussões esboçadas nesse capítulo, de modo algum, atendem a complexidade de aspectos que esse estudo demandaria, mas as palavras nos dão pistas para entender, juntamente com os relampejos da história que trago ao longo do mesmo, possibilidades para pensarmos caminhos e relações entre trabalho e gênero e principalmente as práxis de atendimento às demandas infantis. Demandas essas muitas vezes expressas nos textos oficiais, mas que no exercício de sua prática estão contaminadas pelos resquícios de uma história assistencialista.

CAPITULO II

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA E EDUCAÇÃO VOLTADA À CRIANÇAS PEQUENAS

Kramer (1988), parte do principio de que a criança não é apenas um ser psicológico, mas, muito mais que isso, um ser inserido socialmente, visto que pertence a uma classe social, pertence a uma cultura e vive um determinado momento na História. Portanto, a visão que construímos da infância, está relacionada ao momento histórico que a Humanidade e, mais especificamente, nossa sociedade, está vivendo. Sob este ponto de vista podemos considerar que a criança é um ser político, na medida em que sua presença interfere no contexto sócio cultural em que vive ao mesmo tempo em que sofre as influências desse contexto posto que se trate de um cidadão, ou seja, alguém que faz parte da *polis*¹.

A criança é um ser social, mas é também um ser que cresce e se modifica. Ao tratar da educação da criança de 0 a 6 anos é preciso, considerar as contribuições de diversos campos do conhecimento que se debruçaram sobre os estudos da infância.

A antropologia e a Sociologia, por exemplo, têm contribuído com estudos que abordam os diferentes contextos de socialização da criança relacionados ao seu desenvolvimento e aprendizagem. Segundo Cohn (2005) “[...] o que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos sócio culturais” (p.22). Partindo dessa premissa, os estudos Antropológicos da infância buscam realizar uma apreensão das diferentes formas de ser criança, em diferentes contextos sócios culturais e procurando enfatizar um olhar focado na autonomia do mundo infantil, posto que situe a infância em um universo distinto do mundo adulto, e não como reflexo desse, conforme comumente, apontado no passado, por grande parte dos estudos que procuraram abordar esse tema.

¹“A *polis* (πόλις) - plural: *poleis* (πόλεις) - era o modelo das antigas cidades gregas, desde o período arcaico até o período clássico, vindo a perder importância durante o domínio romano. Devido às suas características, o termo pode ser usado como sinonimo de cidade-Estado. As *poleis*, definindo um modo de vida urbano que seria a base da civilização ocidental, mostraram-se um elemento fundamental na constituição da cultura grega, a ponto de se dizer que o homem é um "*animal político*".” Informações obtidas em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3lis>

Quanto a isso, Sarmiento (2007) um sociólogo da infância, chama nossa atenção para o fato de que foram construídas historicamente pela sociedade ocidental; distinções entre infância e *adulterez*. No entanto, essas distinções estão permeadas de valores culturais, sociais e econômicos que produzem diferentes infâncias a partir dos diferentes contextos em que ela é vivenciada.

Lopes e Vasconcellos (2005) reforçam essas idéias ao comentarem que as diferentes infâncias em seus diferentes contextos produzem diferentes espaços sociais e geográficos destinados às crianças. Dessa forma, a concepção de infância é atravessada por uma complexidade de circunstâncias que vão, desde o espaço social e do tempo histórico em que o sujeito criança está inserido até os valores que permeiam suas culturas específicas. As autoras defendem que essas dimensões produzem diferentes formas de ser criança e constroem subjetividades infantis que estão relacionadas aos espaços/tempos, cultural e socialmente construído por cada grupo social.

Busco através desses autores é atentar para o fato de que existe uma estreita relação entre a vivência da infância e o local onde ela é experimentada. As crianças ao se apropriarem dessas diferentes dimensões constroem sentidos próprios e atribuem novos significados às realidades que vivenciam, reconfigurando e reconstruindo seus espaços, criando diferentes histórias e geografias.

Nessa perspectiva, com a institucionalização de espaços sociais para a infância, mais especificamente a educação escolar voltada à primeira infância, a institucionalização se tornou direito da criança e dever do Estado. Há que se interrogar a respeito das práticas e experiências que estes espaços devem proporcionar às crianças, a fim de proporcionar-lhes, efetivamente, o direito de ser criança, na perspectiva que este trabalho vem apontando.

Se tomarmos como princípio que o espaço institucional da escola é um lugar socialmente reservado para as crianças, há que se pensar, que, nesse contexto, a educação voltada para crianças pequenas se constitui um campo educacional que não pode prescindir de uma atenção voltada aos cuidados das especificidades e necessidades dessa infância. Nesse sentido, entendo que nosso maior desafio consiste em direcionar nossas escutas e olhares para aquilo que as crianças estão a todo o momento a nos dizer,

não só com suas falas, mas com seus gestos, nos modos como ocupam os espaços, como se relacionam entre si e os outros, pois só assim, os profissionais da Educação Infantil, poderão colher as pistas que elas mesmas nos fornecem para subsidiar a prática pedagógica para elas voltada, contribuindo, assim, para a implementação de uma “pedagogia da educação infantil”. (AGOSTINHO, 2005, p. 63)

Considero importante ressaltar que o espaço da creche e da pré-escola deve ser o espaço das crianças e não somente para as crianças, em outras palavras, deve ser um espaço mais que geográfico, um tempo em que as subjetividades infantis possam se expressar livremente no exercício de ser criança.

Ao trazer essas contribuições da Antropologia e da Sociologia, pretendo destacar a perspectiva da história e o papel social que esses campos do conhecimento enfatizam a fim de problematizarmos a instituição escolar para lembrarmos à Educação que todo e qualquer trabalho direcionado ao atendimento infantil necessita levar em consideração essas categorias, porque esse deve ser o horizonte político para antevermos a educação da criança de 0 a 6 anos.

Não podemos nos contentar com qualquer tipo de educação voltada à criança de 0 a 6. Em se tratando da Educação voltada para a primeira infância, torna-se imprescindível apontarmos as bases teóricas que irão nortear nossas práticas, posto que a concepção de infância que o educador traz consigo, pode ou não, viabilizar um atendimento de qualidade, capaz de orientar as condições concretas, que garantam os direitos das criança como pessoas que já são e não seres que ainda estão por vir.

Nesse sentido, o marco teórico que insere a infância numa condição de cidadão de direito deverá nortear as políticas de formação e a elaboração de currículos, Esses aspectos até aqui analisados, de certa maneira, confirmam a posição da qual parti na introdução desse trabalho, acerca da criança de 0 a 6 anos, ou seja, a criança vista como cidadã e a educação enquanto meio que garanta o direito de acesso e permanência a essa cidadania.

Siller & Côco (2007) nos lembram de que uma das especificidades relativas à Educação Infantil é a relação indissociável entre o cuidar/educar. Segundo esses autores, as instituições educativas e os profissionais que atuam nessa instância precisam

ter clareza de que as instituições destinadas à primeira infância diferenciam-se das demais instituições escolares tanto pelo objetivo como pelas especificidades de seu público - a criança pequena - como pela definição de suas funções, que são diferentes da Pedagogia Escolar voltada ao ensino fundamental. Cuidar e educar devem ser entendidos como dimensões importantes que envolvem questões educacionais, pois todo cuidado é educativo, não existindo, portanto, momentos diferenciados para cuidar e educar. (p.9)

Esses autores também, alertam que o projeto educativo da instituição de Educação Infantil deve ser construído coletivamente, pois assim, toda a comunidade estará comprometida na efetivação das propostas pedagógicas, atuando na construção, formação, execução dos valores éticos, morais, sociais e culturais que, por sua vez deverão estar presentes nas práticas cotidianas dessas instituições. Por isso, faz se necessário que a comunidade escolar tenha clareza a respeito do Projeto Político Pedagógico da instituição e que ela (comunidade) seja a protagonista do processo de construção, execução e avaliação da proposta pedagógica da escola

Uma proposta pedagógica, por mais bem elaborada que seja, depende de profissionais capacitados para ser colocada em prática. Nesse sentido, é preciso que toda a sociedade reivindique uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino, começando pela educação infantil que é a primeira etapa da Educação Básica. Portanto, é imprescindível que a educação seja assegurada por profissionais habilitados que possam desenvolver um trabalho de qualidade social com as crianças de 0 a 6 anos. (SILLER; CÔCO, 2008, p. 13).

Em nossa legislação, a educação na faixa de 0 a 6 anos é direito da criança, obrigação do Estado e facultativa à família. A Lei de Diretrizes e Bases considera, o período de vida escolar compreendido como Educação Infantil, aquele que deve atender pedagogicamente à crianças que estejam nas faixas etárias entre 0 e 5 anos e 11 meses. A LDBEN atual classifica como creche o equipamento educacional que atende crianças de 0 a 3 anos e "pré-escola" o equipamento educacional que atende crianças de 4 a 6 anos. Segundo essa legislação, a Educação Infantil deverá ser avaliada através de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção para o acesso ao ensino fundamental.

Penso que ao reconhecer o direito à educação da criança de 0 a 6 anos, é a escolha facultativa da família, o Estado deveria criar políticas que propiciem às famílias uma consciência política para que possam optar conscientemente a respeito da decisão de colocar ou não seus filhos menores em instituições educacionais destinadas a essa faixa etária. Além disso, devemos ressaltar o papel dos municípios na efetivação de critérios; para que o atendimento pedagógico das crianças que compreendem essa faixa etária, esteja coerente com sua realidade social e histórica.

A Educação Infantil, apesar de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, ainda enfrenta muitos desafios para exercer uma práxis afinada com as atuais concepções de infância e atender essas demandas sem com isso “escolarizar” precocemente a criança. É necessário que nós, educadores e gestores, tenhamos conhecimentos aprofundados dos atuais estudos sobre a infância para que possamos conhecer as especificidades da pequena infância, sua cultura, seu olhar sobre o mundo, para que nossa ação educativa aconteça de modo que a criança seja protagonista de suas próprias construções. Para isso, precisamos estabelecer fóruns permanentes para que possamos discutir propostas, questionar possíveis práticas escolarizantes, encontrar caminhos para exercermos práticas mais democráticas e cidadãs, construir propostas pedagógicas específicas para a infância e compartilhar práticas que estejam de acordo com uma proposta educativa diferenciada para essa etapa da educação das crianças.

CAPITULO III

FOCANDO NOSSO OLHAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) a resolução número 05, de 17 de dezembro de 2009 tem por objetivo estabelecer as diretrizes a serem observadas na organização de propostas pedagógicas voltadas à Educação Infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios fundamentais e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para sistematizar formas de planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

Além das exigências dessas diretrizes, há que se observar, as legislações estaduais e municipais pertinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema.

III.1 O atendimento à Educação da Infância em Angra dos Reis

O município de Angra dos Reis hoje, possui 12 creches, sendo 3 conveniadas com o pró-infância, programa do Governo Federal que segue regras próprias.

O público que as creches do Município de Angra atende são crianças entre os 06 meses a 05 anos de idade, perfazendo um total de 3.226 alunos atendidos na Educação Infantil (Creches/CEMEIS/ Pré-Escola) e distribuídos da seguinte forma:

06 meses a 1 ano -B1- Berçário

1 a 2 anos – B2- Berçário 2

2 a 3 anos – Atividade 1

3 a 4 anos – Atividade 2

4 anos – Pré 1

5 anos - Pré 2

III.2 No que se refere às propostas pedagógicas:

As propostas pedagógicas ou Projeto Político Pedagógico é o plano orientador de ações das instituições e define as metas que se pretende para a aprendizagem, cuidados e desenvolvimento das crianças que nela são educados. Esse documento deve ser elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no artigo 4º: “as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar a criança como centro do planejamento curricular, sujeito histórico e de direito que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.” (DCNEI, 2009).

Vejamos como um profissional da Educação Infantil da rede de Angra vivencia essas orientações:

No sentido do cuidado com a educação à criança, no que se refere à alimentação, ao cuidado com a higiene e a parte recreativa sim, mas vejo que quanto ao desenvolvimento psicopedagógico ainda deixa muito a desejar, pouca preocupação há com o aprendizado, às vezes crianças saem das creches despreparadas até mesmo para as escolas da rede pública. Muitos pais optam por pagar uma escola privada para que seu filho receba este preparo que falta nas creches municipais. (ver anexo)

No artigo 9º das Diretrizes verifica-se que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeiras.

A educação da criança pequena foi considerada, por muito tempo, como pouco importante, bastando que a criança fosse cuidada e alimentada. Hoje, a educação da criança pequena integra o sistema público de educação. Ao fazer parte da primeira etapa da educação básica, ela é concebida como questão de direito, de cidadania e de qualidade. As interações e a brincadeiras são consideradas eixos fundamentais para se educar com qualidade. Nesse sentido as diretrizes ratificam “O brincar e as interações devem ser pilares da construção desse projeto curricular.” (DCNEI, 2009).

Apesar dessas orientações encontramos professores na rede de Angra que ainda priorizam o cuidar e, contraditoriamente, defendem a escolarização formal e letrada, o que nos leva a pensar na necessidade de uma formação continuada permanente:

Em relação ao cuidar da criança, como por exemplo, comida, banho, café da manhã, café da tarde, brincadeiras as creches dão conta sim, mas em relação a aprendizagem ela tem uma grande defasagem. Pois, as crianças não têm uma boa alfabetização. Só nessa parte que ela deixa a desejar. (ver anexo)

Com relação às práticas Pedagógicas da Educação infantil faz-se necessário atentar para os seguintes fatores:

III 3 Eixos Curriculares:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeiras e garantir experiências que:

I- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio de ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;



II- Favorecem a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;



III- Possibilitem as crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;



IV- Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaços temporais;



V- Propiciem a interação e o conhecimento, pelas crianças, das manifestações e tradições culturais brasileiras.



III.4 Ações que concretizam os eixos norteadores da Educação Infantil

Formação continuada

Interações

Brincadeiras

Atividades Psicopedagógicas lúdicas que favoreçam e respeitem o desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo da criança.

III.5 Condições prévias do Brincar:

a) aceitação do brincar como um direito da criança;

b) compreensão da importância do brincar para criança entendendo esta como um ser que precisa de atenção, carinho, que tem iniciativas, saberes, interesses e necessidades próprias;

c) criação de ambientes educativos, que favoreçam oportunidades de qualidades para brincadeiras e interações;

III. 6 Aspectos que precisam ser considerados:

a) quais brinquedos/ brincadeiras selecionar e adquirir.

b) como utilizar.

c) como modificar e recriar o espaço físico para possibilitar o trabalho de acordo com o planejado.

d) possibilidades de utilização de um conjunto de brincadeiras que seja, ao mesmo tempo, adequado individualmente ao mesmo tempo em que a todo grupo de criança.

e) a unidade da Educação Infantil deve ter uma proposta curricular em que o brincar e a interação, seja contemplada.

III.7 Contextualizando os Espaços/tempos das Creches Angrenses

Nem todas As creches do município foram construídas para esse tipo de atendimento, muitas eram casas que o município adaptou para atender a esse tipo de serviço. O ideal seria que todas as creches do município fossem iguais as do Governo Federal, pois os espaços destas são constituídos por salas amplas, espaços de recreação bem arejados, ou seja, espaço físico amplo. Percebi que apesar das deficiências o esforço empreendido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Angra dos Reis é reconhecido por alguns profissionais;

[...] as creches de hoje estão sendo adaptadas para melhor atender as crianças que passam a maior parte do tempo dentro desta instituição. Nas creches estão ocorrendo mudanças em varias áreas, inicialmente no investimento em capacitar os profissionais para promover trabalhos ligados as atividades pedagógicas desenvolvidas dentro das unidades de educação

entre outros. Até porque as mudanças com as obras nas creches devem respeitar os padrões e as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), zelando sempre pela segurança da criança e pela qualidade do atendimento prestado. (ver anexo)

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, suas ações voltadas a esse seguimento da educação vêm procurando seguir as recomendações do MEC que determina que os espaços físicos devam dispor de um metro quadrado por criança. Mas, mesmo que a SMECT considere estar em acordo com as recomendações do MEC, na avaliação de alguns profissionais e estagiários que atuam nesse seguimento estas “medidas” não atendem as demandas das crianças e dos professores:

Na minha vivência nas creches de Angra durante o meu estágio, pude avaliar primeiramente o quão deficiente elas se encontram em relação a seu espaço físico onde não tinha pátio coberto nem brinquedos adequados e em bom estado. Já em relação à qualidade do ensino, verifiquei um esforço enorme por parte das professoras para darem a devida atenção que as crianças necessitam nessa fase, mas com turminhas lotadas ficava muito difícil e muitas vezes as atividades não eram completadas no tempo programado. (ver anexo)

Segundo a gerente da Educação Infantil do Município de Angra dos Reis, “atualmente, a Secretaria têm mais cinco creches para serem construídas e estão sendo pensadas a partir dos Parâmetros.” Mas o que se constata é que muitas creches não apresentam as condições adequadas para receberem as crianças, portanto podemos considerar que essas 5 creches que estão por ser construídas, ainda assim, não atendem as demandas do município. Vejamos o que diz uma das entrevistadas que vivência de perto as dificuldades enfrentadas nesse seguimento da Educação:

Pela minha experiência de estágio ficou claro que algumas creches de Angra dos Reis não dispõem de infraestrutura adequada para oferecer condições de trabalho para os profissionais e o bem estar das crianças, que por sua vez, implica no seu desenvolvimento pleno. (ver anexo)

Porém, há que reconhecer o esforço que a SMECT tem realizado no sentido de suprir essas demandas, ainda segundo informações obtidas com a gerente da Educação Infantil, o Município vem tentando organizar a educação infantil dentro das ferramentas e possibilidades que dispõe. Os gestores demonstram “estarem cientes de que muitos

alunos ainda estão fora das creches” e que “faz-se necessário que essas construções sejam realizadas o mais rápido possível”. Segundo informações obtidas na SMECT “a partir de 2016, pretendem colocar “todas as crianças matriculas, de acordo com a nova lei que irá vigorar.” Essa parece ser uma medida prioritária, posto que segundo o depoimento de uma de nossas entrevistadas essas recomendações ainda deixam a desejar:

Faz - se necessário, primeiramente, que a Educação Infantil, de acordo com a LDB 9394/96, faça parte da Educação Básica e, portanto, seja direito de todos. Quando a SMECT exige dos pais, declaração de trabalho e de rendimento, entendo que esta não vem garantindo esse direito a criança.

Outro ponto vulnerável é o desenvolvimento pleno dessa criança e o fato de que não lhe é garantido o acompanhamento integral do professor com essa criança. Durante quatro horas e meia a criança está sob os cuidados do professor, após isso, ela fica sob a responsabilidade do auxiliar que não tem conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil e pedagógico, portanto, não tem formação para desempenhar essa função de educadora.

Sabemos que o município já adotou ações com essas pessoas para suprir essa deficiência quando se credenciou ao Pro-infantil, no intuito de oferecer a esses profissionais o mínimo de conhecimento a respeito do infantil. Por essas e outras razões acredito que precisamos avançar no que diz respeito à formação e políticas públicas voltadas para a Educação Infantil. (ver anexo)

III.4 Algumas Considerações

Este estudo me possibilitou sair das críticas de senso comum e compreender que o campo da Educação Infantil em Angra dos Reis vive um processo de mudanças em suas políticas para a educação de crianças em espaços coletivos. Apesar de ter muito a caminhar, percebi que os profissionais da área estão conscientes das dificuldades que estão enfrentando, mas em sua maioria estão atentos às concepções que norteiam os espaços/tempos da infância.

Acredito que as creches em Angra tem proporcionado sim, bem estar as crianças, porém para seu desenvolvimento pleno, ainda é necessário melhoras na estrutura e a gama profissional. É necessário termos profissionais qualificados para trabalhar com crianças e principalmente com os especiais. É necessário

mais que recreadores, além de um espaço físico adequado, boa alimentação e higiene. (ver anexo)

Percebe-se no depoimento dos gestores com quem estive na SMECT que existe um desejo e esforço comum no sentido de fortalecer as práticas pedagógicas de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Entre as medidas empreendidas observei a prioridade dada às discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de creches de modo a assegurar, também, práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que garantam a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que só devem ser trabalhados no Ensino Fundamental. Porém, ainda há muito que fazer. Como disse no início do parágrafo anterior a SMCT vive hoje um processo de construção dessas políticas.

Eu acho que não é suficiente, porque não valorizam os profissionais. As auxiliares de berçário muitas vezes possuem formação adequada e não são remuneradas como deveriam e também a prefeitura de Angra abre concursos sem pedir o mínimo de escolaridade mínima para trabalhar com crianças. Esses fatores interferem nessa questão. Em minha opinião, muitas vezes, as creches não promovem o bem estar das crianças. (ver anexo)

Nesse capítulo procurei me abster de opiniões pessoais e apresentar um retrato daquilo que observei empiricamente e das escutas registradas ao longo da construção do mesmo. Por esse motivo, fecho esse capítulo com algumas vozes daqueles que vivenciam esse cotidiano e mesmo que por vezes pareçam contraditórias, podem apontar para o leitor uma visão própria dessa realidade:

[...] presenciei professoras improvisando por causa da falta de vários materiais. Por fim em relação à alimentação que é extremamente importante para o melhor desenvolvimento da criança, vi o total descumprimento do variado cardápio planejado por nutricionistas, as refeições eram sempre as mesmas durante toda semana, mudando apenas arroz por macarrão e frango por carne moída. Percebi que tanto diretora como professora e ajudantes se vêem obrigados a fazer vista grossa para essas irregularidades. E por essas razões considero

que as creches de Angra não se encontram com condições adequadas para o bem estar e o pleno desenvolvimento das crianças. (ver anexo)

[...] na medida do possível, temos uma creche ampla, com parquinho, onde as crianças podem praticar várias atividades, a parte pedagógica onde desenvolvem seu raciocínio, sentidos, coordenação motora, interação com outras crianças, brincadeiras que ajudam a proporcionar esse bem estar, enfim tudo que é possível ao nosso alcance nós fazemos com amor e dedicação. Além do conforto, salas com ar condicionado, alimentação saudável, com nutricionista. (ver anexo)

Tendo uma visão externa da creche percebo sim que elas proporcionam bem estar às crianças. Em pequenos momentos eu escutei reclamações sim, mas são reclamações construtivas. (ver anexo)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho foi de grande importância para que eu pudesse refletir sobre uma série de conhecimentos que adquiri ao longo da minha formação em Pedagogia. Entre eles destaco os conceitos de criança e infância. É certo que durante o curso esse debate esteve presente na nossa formação, mas só agora, ao elaborar esse estudo, pude contextualizar mais criticamente as várias transformações históricas a respeito dessas concepções e suas implicações nas práticas educativas destinadas às crianças e as políticas que gestaram as creches desde seu surgimento.

Com esse trabalho pude assumir uma visão mais crítica a respeito da função social e educacional das creches. Ao caminhar por seus percursos históricos, desde o seu “nascimento” até os dias atuais, pude compreender que essas instituições estão engendradas com uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que assumem papéis preponderantes nos objetivos e nas práticas pedagógicas desses espaços.

Entender que as creches surgem como demandas dos modos de produção capitalista a fim de resolver as tensões sociais que este mesmo sistema econômico produziu me possibilitaram desvelar uma visão mais politizada da educação como um todo, posto que pudesse ampliar meu olhar para outros níveis da educação e enxergar o quanto a escola esteve historicamente atrelada à garantia e manutenção de um modo de produção que prioriza a acumulação do capital para poucos em detrimento do bem estar de muitos.

Acredito que assim como eu, muitos/as outros/as colegas que realizaram seus trabalhos de final de curso, puderam experimentar esclarecimentos que nos ajudarão a atuar profissionalmente de forma crítica e consciente.

No que se refere ao tema desse trabalho, mais especificamente, posso concluir que apesar de ainda termos muito por onde caminhar, os estudos da infância nessas últimas décadas, contribuíram para que houvesse mudanças significativas, nas legislações e no atendimento à infância nas Sociedades contemporâneas. Deste modo, não seria leviano afirmar que conquistamos grandes avanços no que se refere aos direitos das crianças.

A educação da criança pequena foi considerada, por muito tempo, algo de pouca importância, bastando que a ela fossem destinados os cuidados básicos de higiene e alimentação. Hoje, a educação da criança pequena integra o sistema público de educação. Ao fazer parte da primeira etapa da educação básica, ela é concebida como questão de direito, de cidadania com a exigência de qualidade.

Segundo os RCNEI, as creches, devem cumprir a função de promover as condições adequadas para o bem estar da criança em seu pleno desenvolvimento, físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Cabe, a nós, educadores, termos a consciência de que os alunos da educação infantil têm necessidades específicas, entendendo-os como seres que precisam de atenção, carinho, que têm iniciativas próprias, saberes, interesses e necessidades individuais e que o brincar faz parte da cultura infantil. É preciso que priorizemos essas demandas das crianças em detrimento de processos de escolarização voltados a uma alfabetização precoce.

Compreender que o brincar para a criança não é mero entretenimento, mas condição inerente de seu desenvolvimento. Nesse torna-se prioritário promover a criação de ambientes educativos, que favoreçam oportunidades qualitativas para as brincadeiras e interações interpessoais, possibilidades de utilização de um conjunto de brincadeiras que sejam, ao mesmo tempo, adequadas as suas individualidades, ao mesmo tempo em que a todo grupo ao qual a criança está inserida.

As interações e a brincadeiras são consideradas eixos fundamentais para se educar com qualidade. Nesse sentido as diretrizes ratificam: “O brincar e as interações devem ser pilares da construção desse projeto curricular.” (DCNEI, 2009).

A criança conhece o mundo através de suas descobertas, brincadeiras, interação com os/as professores/as, recreadores/as, com os amigos/as, família e através dos espaços/tempos que experimenta.

Com esse estudo percebi a importância das creches valorizarem o espaço físico como elemento educativo e que este deve ser planejado para promover, além do cuidar e do educar, a sensação de segurança e confiança, contato social e privacidade, apoio, estímulo e aconchego das crianças; aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento afetivo e cognitivo.

Como podemos perceber, o espaço físico contribui para a formação do aluno, porém, pude constatar que nem sempre as creches que temos hoje, em Angra, foram construídas para serem creches, muitas delas eram casas que foram adaptadas para o recebimento das crianças. Os espaços físicos não são construídos de modo a traduzir o universo infantil. Por esse motivo, as creches analisadas apresentam deficiências que acabam por retratar décadas de descaso governamental.

É importante observar que a “escuta” dos educadores na construção e planejamento de uma creche é imprescindível, pois são eles que vivenciam o cotidiano das crianças e conhecem mais intimamente suas demandas.

Para finalizar, entendo que a educação e a formação das crianças, desde a primeira infância, necessitam de olhares e escutas atentas a cada contexto social em que a criança esteja inserida. Assim, defendo que as práticas educativas exercidas nessas instituições, devam ser, constantemente, (re) vistas, como processos construtivos e funcionais, para que possam contribuir para os processos *autoformativos* de seres humanos mais éticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Beatriz Carma Lima de. **A Instituição creche: apontamentos sobre sua historia e papel.** Revista Nuances - Vol. VII- Setembro de 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Infantil. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil.** Vol. 1, Introdução. Brasília: MEC/SEI. 1997.

_____, **Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional da Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC/SEI. 2005. disponível em [http// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

_____, Senado Federal. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, Senado federal, UNESCO, 2001.

BARBOSA, Ana Paula Tataliba. **O que os olhos não vêem...Práticas e política em Educação Infantil no Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, RJ, 2006.

BRAVERNAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CAMPOS, Maria Malta e ROSEMBERG, Fúlvia (orgs). **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 1998.

COLE, Michael (org). **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** – L.S. Vigotski. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

COHN, Clarice. **Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil.** In: Cadernos de Campo. Ano 10, vol.9,p.13-26, 2000.

FONSECA, Ana (2002). **“Combatendo a desigualdade no âmbito dos governos locais”,** in: **Mulher, Trabalho e Políticas Públicas Locais,** Caderno nº 1 da Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura do Município de São Paulo/ ILDES.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 3 ed. São Paulo, SP, Atlas, 2000.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

LANGER, R. J. **Papéis básicos do educador da criança pequena.** In: GAYOTTO, M. L. C. (org.) **Creches: desafios e contradições da criação da criança pequena.** São Paulo: Ícone, 1992.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, MARTA Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editora, 2005.

SOUSA, Ana Maria Costa de. **Educação Infantil: uma proposta de gestão municipal.** Campinas, SP: Papirus: 1996.

OLIVEIRA, Z. M. et al. **Creche: crianças, faz-de-conta e cia.** Petrópolis: Vozes, 1992.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBER On-line, Campinas, n.33, 2009.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RUIZ, Jucilene. **O surgimento da creche: uma construção social e histórica.** Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_02/e02b_t004.pdf> - Acesso em: 31 de maio de 2014.

ANEXOS

Entrevistas realizadas com profissionais da Educação Infantil em Angra dos Reis e estagiários do Curso de Graduação em Pedagogia do IEAR.

Obs: Optamos por omitir nomes e funções a fim de proteger a identidade dos entrevistados.

Pergunta de partida:

Você acha que as creches angrenses vêm proporcionando condições adequadas para promover o bem estar da criança em seu pleno desenvolvimento?

Respostas:

1) Faz - se necessário, primeiramente, que a Educação Infantil, de acordo com a LDB 9394/96, faça parte da Educação Básica e, portanto, seja direito de todos. Quando a SMECT(000) exige dos pais, declaração de trabalho e de rendimento, entendo que esta não vem garantindo esse direito a criança.

Outro ponto vulnerável é o desenvolvimento pleno dessa criança e o fato de que não lhe é garantido o acompanhamento integral do professor com essa criança. Durante quatro horas e meia a criança está sob os cuidados do professor, após isso, ela fica sob a responsabilidade do auxiliar que não tem conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil e pedagógico, portanto, não tem formação para desempenhar essa função de educadora.

Sabemos que o município já adotou ações com essas pessoas para suprir essa deficiência quando se credenciou ao Pro-infantil, no intuito de oferecer a esses profissionais o mínimo de conhecimento a respeito do infantil. Por essas e outras razões acredito que precisamos avançar no que diz respeito à formação e políticas públicas voltadas para a Educação Infantil.

2) Não. No sentido do cuidado com a educação à criança, no que se refere à alimentação, ao cuidado com a higiene e a parte recreativa sim, mas vejo que quanto ao desenvolvimento psicopedagógico ainda deixa muito a desejar, pouca preocupação há com o aprendizado, às vezes crianças saem das creches despreparadas até mesmo para as escolas da rede pública. Muitos pais optam por pagar uma escola privada para que seu filho receba este preparo que falta nas creches municipais.

3) Em relação ao cuidar da criança, como por exemplo, comida, banho, café da manhã, café da tarde, brincadeiras as creches dão conta sim, mas em relação a aprendizagem ela tem uma grande defasagem. Pois, as crianças não têm uma boa alfabetização. Só nessa parte que ela deixa a desejar.

4) Acredito que as creches em Angra tem proporcionado sim, bem estar as crianças, porém para seu desenvolvimento pleno, ainda é necessário melhoras na estrutura e a gama profissional. É necessário termos profissionais qualificados para trabalhar com crianças e principalmente com os especiais. É necessário mais que recreadores, além de um espaço físico adequado, boa alimentação e higiene.

5) Tendo uma visão externa da creche percebo sim que elas proporcionam bem estar as crianças. Em pequenos momentos eu escutei reclamações sim, mas são reclamações construtivas.

6) Pela minha experiência de estágio ficou claro que algumas creches de Angra dos Reis não dispõem de infraestrutura adequada para oferecer condições de trabalho para os profissionais e o bem estar das crianças, que por sua vez, implica no seu desenvolvimento pleno.

7) Acho que sim, pois as creches de hoje estão sendo adaptadas para melhor atender as crianças que passam a maior parte do tempo dentro desta instituição. Nas creches estão ocorrendo mudanças em varias áreas, inicialmente no investimento em capacitar os profissionais para promover trabalhos ligados as atividades pedagógicas desenvolvidas dentro das unidades de educação entre outros. Até porque as mudanças com as obras nas creches devem respeitar os padrões e as normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), zelando sempre pela segurança da criança e pela qualidade do atendimento prestado.

8) Eu acho que não o suficiente, porque não valorizam os profissionais. As auxiliares de berçário muitas vezes possuem formação adequada e não são remuneradas como deveriam e também a prefeitura de Angra abre concursos sem pedir o mínimo de escolaridade mínima para trabalhar com crianças. Esses fatores interferem nessa questão. Em minha opinião, muitas vezes, as creches não promovem o bem estar das crianças.

9) Sim, na medida do possível, temos uma creche ampla, com parquinho, onde as crianças podem praticar várias atividades, a parte pedagógica onde desenvolvem seu raciocínio, sentidos, coordenação motora, interação com outras crianças, brincadeiras que ajudam a proporcionar esse bem estar, enfim tudo que é possível ao nosso alcance nós fazemos com amor e dedicação. Além do conforto, salas com ar condicionado, alimentação saudável, com nutricionista.

10) Na minha vivência nas creches de Angra durante o meu estágio, pude avaliar primeiramente o quão deficiente elas se encontram em relação a seu espaço físico onde não tinha pátio coberto nem brinquedos adequados e em bom estado. Já em relação à qualidade do ensino, verifiquei um esforço enorme por parte das professoras para darem a devida atenção que as crianças necessitam nessa fase, mas com turminhas lotadas ficava muito difícil e muitas vezes as atividades não eram completadas no tempo

programado. Também presenciei professoras improvisando por causa da falta de vários materiais. Por fim em relação à alimentação que é extremamente importante para o melhor desenvolvimento da criança, vi o total descumprimento do variado cardápio planejado por nutricionistas, as refeições eram sempre as mesmas durante toda semana, mudando apenas arroz por macarrão e frango por carne moída. Percebi que tanto diretora como professora e ajudantes se vêem obrigados a fazer vista grossa para essas irregularidades. E por essas razões considero que as creches de Angra não se encontram com condições adequadas para o bem estar e o pleno desenvolvimento das crianças.